



Epistemologia histórica da gramática normativa ocidental da antiguidade ao século XX: entre a literatura e a filosofia

Marcelo Moraes Caetano¹

Resumo: Este trabalho apresenta elementos da tradição gramatical ocidental, que se dividiu, na busca de subsídios para suas gramaticografias, entre a filosofia e a literatura. A correlação entre língua, filosofia e pensamento se processou nos pré-socráticos, nos retóricos e sofistas (séculos VII ao V a.C.), em Sócrates, Platão e Aristóteles (séculos V e IV a.C.), nos estoicos (séc. III a.C.), em grande parte nos escolásticos (séculos XII e XIII) e nos modistas/ especulativos ou gramáticos gerais (séculos XIII e XIV), nos gramáticos filosóficos/racionalistas, como os de Port-Royal (séc. XVII) e Jerônimo Soares Barbosa, na língua portuguesa (séc. XIX). Por outro lado, a busca da literatura como uso correto dos idiomas, clássicos (grego e latim) ou vernáculos (gramáticas científicas), se deu entre os alexandrinos como Dionísio da Trácia (século II a.C.), Varrão (século I a.C.), o período da renascença (séculos XV e XVI), e, enfim, em gramáticas como as de Nebrija (século XV), Fernão de Oliveira e João de Barros (século XVI). Assim, ao lado de conceber a língua como fenômeno que reflete o pensamento e o raciocínio, e as formas como eles devem ser comunicados, as gramáticas, em sua tradição ocidental, concebem a língua como necessariamente padronizada, tendo a literatura de línguas vernáculos como baliza, a fim de que o pensamento e o raciocínio aludidos possam, também com um viés escrito e normativo, ser expressos.

Palavras-chave: Tradição gramatical; Antiguidade; Idade Média; Renascença; Século XX

Abstract: This work brings elements of the western grammatical tradition, which was divided, in the search for subsidies for its grammaticographies, in philosophy or in literature. The connection between language, philosophy and thought took place in the pre-Socratics, rhetoricians and sophists (7th to 5th century BC), in Socrates, Plato and Aristotle (5th to 4th century BC), in the stoics (3rd century BC), largely in the scholastics (12th and 13th centuries) and in the modists/speculative or general grammarians (13th and 14th centuries), in the philosophical/rationalist grammarians, such as those of Port-Royal (17th century) and Jerônimo Soares Barbosa, in Portuguese (19th century). On the other hand, the search for literature as the correct use of languages, classics (Greek and Latin) or vernaculars (scientific grammars), took place among the Alexandrians, like Dionysius of Thrace (2nd century BC), Varro (1st century BC), the Renaissance period (15th and 16th centuries) and, finally, in grammars such as those of Nebrija (15th century), Fernão de Oliveira and João de Barros (16th century). Thus, in addition to conceiving language as a phenomenon that reflects thought and reasoning, and the ways in which they must be communicated, grammars, in their western tradition, conceive language as necessarily standardized, having literature as a beacon, in order to the thought and reasoning can, also with a written and normative bias, be communicated.

Keywords: Grammatical tradition; Antique; Middle Ages; Renaissance; 20th century

¹ Professor adjunto de língua portuguesa e filologia românica da UERJ. Coordenador do Programa de Estudos do Centro Filológico Clóvis Monteiro (CEFIL/UERJ). Research fellow da Universidade de Copenhagen, Dinamarca. E-mail:

<http://lattes.cnpq.br/3481521669605440>

E-mail: marcelo.moraes.caetano@uerj.br





1. Iniciando a discussão

O ramo da ciência e da filosofia denominado epistemologia histórica aponta, como o conceito sugere, esforço multidisciplinar para se estudarem as filosofias da ciência ou teorias do conhecimento (epistemologias) em seu percurso cronológico. Busca-se a percepção, frequentemente com aparato arqueológico e antropológico, de quais eram as linhas-mestras que norteavam o pensamento do homem de ciência no decurso do tempo: sua metodologia, seus meios e finalidades, seus objetos, suas técnicas e tecnologias.

Não é à toa que, hoje, e desde o século XX, não há mais paradoxo em falar-se numa linguística histórica. Isso porque a preocupação descritiva que os linguistas vertem cientificamente sobre os atos discursivos em suas manifestações pluralíssimas, de viés eminentemente sincrônico, pode (e deve, em alguns casos) aliar-se à perspectiva diacrônica e mesmo prescritiva que soía ser exclusivamente atribuída ao mister da filologia e da gramaticologia.

A união desses dois labores e dessas duas perspectivas não é tarefa simples:

Se a linguística é o estudo da linguagem em todos os seus aspectos [...], então a história da linguística deve abranger todas as abordagens passadas do estudo da linguagem, quaisquer que tenham sido os métodos e os resultados obtidos. Esta nova postura impõe enormes exigências ao pesquisador individual, que idealmente teria de ser um poliglota versado em todos os ramos da história intelectual e cultural, bem como em todos os aspectos da linguística moderna. Na prática, a maioria dos estudiosos têm se concentrado numa área relativamente circunscrita, na doutrina ou na escola com a qual tem afinidade. (WEEDWOOD, 2002:18-19)

No que se refere à epistemologia histórica da gramática normativa, consideramos necessária imersão sobre suas duas forças emergentes, que oscilaram ou se intercambiaram para a fatura dos compêndios gramaticais no ocidente.

Assim, à guisa de reflexão, diferentemente do que se apregoa como elemento balizador naquilo que poderíamos chamar de eixo norte-sul (representativo, respectivamente, das comunidades socioeconômicas hegemônicas e não hegemônicas), o eixo ou linha a que temos de nos referir, como cientistas da *langue* e da *parole*, é antes um eixo leste-oeste, ou, respectivamente, oriente-ocidente. Falemos, portanto, da tradição gramaticográfica do oeste, ou do ocidente:

Os linguistas concordam que a análise gramatical no Ocidente crava suas raízes na filosofia grega dos anos 500 a.C., define-se como tema filológico no trabalho dos intelectuais alexandrinos e difunde-se na Europa medieval e





moderna graças particularmente aos romanos. Platão dividira a unidade do discurso, que ele intuía no esforço de apreender os mecanismos de expressão do pensamento, em dois componentes: ónoma (nome) e rhéma (verbo). Aristóteles lhes acrescentou os syndesmoi (partículas). Os estoicos induziram à distinção entre classes variáveis e classes invariáveis, até que, por volta dos fins do segundo século a.C., Dionísio Traco formulou uma teoria das partes do discurso, que ele distribuía em oito categorias: nome, verbo, pronome, participio, artigo, advérbio, preposição e conjunção. (AZEREDO, 2010: 6)

Se nos dispusermos a levantar ontologicamente as classes morfológicas das gramáticas contemporâneas de língua portuguesa, veremos ainda outras classes que eram apontadas na antiguidade, e como suas classificações se baseavam preponderantemente em significados extralinguísticos e intralinguísticos. E, mais ainda, como surgiu, com isso, o problema de se conciliar esse critério classificatório com um critério que fosse revestido de parâmetros formais, isto é, sistematizáveis de forma homogênea e universal.

Apenas a título de comentário parentético, parece-nos oportuna a denominação com que Said Ali caracteriza as classes a que ele atribui a conceituação ampla de “nomes em geral”:

NOMES EM GERAL

216. As palavras com que se designam os seres e seus atributos chamam-se simplesmente nomes. É o termo mais desprezioso e mais acertado de toda a nomenclatura gramatical. Fazendo-se, como se faz, distinção entre as denominações dos seres propriamente ditos e as denominações dos atributos de dimensão, tamanho, cor, consistência etc., pelos quais os diferenciamos uns dos outros, torna-se necessário dividir os nomes em substantivos e adjetivos.

217. Os atributos, posto que sejam inerentes aos seres, são considerados muitas vezes como se existissem separados deles, como se fossem outras entidades. Os substantivos que os representam chamam-se abstratos; são concretos os nomes de referência direta aos seres. *Alegria, tristeza, formosura, proibidade* são substantivos abstratos; *casa, mulher, jardim, homem* são nomes concretos. (ALI, 1964: 54)

Weedwood desdobra a questão seminal das reflexões sobre língua, pensamento e discurso, inter-relacionando-a à preocupação aristotélica com a língua falada/língua escrita e as repercussões de suas reflexões nos seus pósteros:

Aristóteles (384-322 a.C.), discípulo de Platão, em seu *Perì hermeneías (De interpretatione)*, delineou um processo em três etapas: os signos escritos representam os signos falados; os signos falados representam impressões (*pathemata*) na alma, e as impressões na alma são a aparência das coisas reais. As impressões e as coisas, observa Aristóteles, são as mesmas para todos os homens, ao passo que diferem as palavras que representam as interpretações. Como seus comentadores logo apontaram, esse esquema levantava muitas dificuldades. Os estoicos (séculos III-II a.C.), e vários autores a seguir, preferiram acrescentar uma etapa entre a recepção passiva da impressão e a fala: o conceito, uma noção que pode ser verbalizada (grego: *lektón*; latim: *dicibile*). Assim, embora todos os homens possam receber as mesmas impressões das coisas que percebem, como sustentava Aristóteles, os





conceitos que eles formam dessas impressões diferem, e são eles que estão representados na fala.

Segundo os estoicos, um conceito (*lektón*) era representado num enunciado significativo (= com significado), *lógos*. *Lógos* foi definido por Diógenes de Babilônia (um estoico do século II a.C., cujo pensamento é esboçado para nós por Diógenes Laércio em seu *Vidas dos filósofos*) como “um enunciado significativo dirigido pelo pensamento racional”. A substância física do *lógos* era *phoné*, “voz”, o enunciado considerado como mero som, articulado ou inarticulado, sem referência a significado. Um enunciado (*phoné*) que pudesse ser representado na escrita – um enunciado articulado – era chamado de *léxis*. Um *léxis* diferia de um *lógos* porque, enquanto o significado era essencial para um *lógos*, um *léxis* não precisava obrigatoriamente ter significado. (WEEDWOOD, 2002: 27-28)

É de ressaltar que Aristóteles já preconizava uma distinção que viria a estabelecer os alicerces do conceito de gramaticalização e a clareza que esse conceito emprestaria à união entre linguística e filologia, pelo meio tecnológico construído na gramaticologia, de cuja história ocidental tratamos. Isso porque ele já fundava uma dicotomia básica: de um lado, as “categorias da fala” (conceito análogo aos posteriores designativos “partes da fala”, “partes do discurso”, “classes gramaticais”, “classes morfológicas”), apresentadas sob as chancelas de vocábulos (semanticamente independentes; de outro, os instrumentos gramaticais.

Aristóteles estabeleceu também uma fecunda distinção entre duas espécies de palavras: as que mantêm o seu significado mesmo quando isoladas, e as que são meros instrumentos gramaticais. Esta divisão é ainda largamente aceita pelos linguistas e também pelos filósofos. Finalmente devemos a Aristóteles uma classificação das metáforas, que, desenvolvida e aperfeiçoada por escritores subsequentes, especialmente por Quintiliano, desempenhou um papel primordial na tradição retórica e foi acolhida na semântica pelos pioneiros da nova ciência. (ULMANN, 1964: 11-12)

Antes mesmo da invenção da escrita, que é comparada frequentemente à muito mais antiga propagação da fala, já se estudava a comunicação humana com objetivos que podemos chamar de científicos. Entre os textos escritos mais antigos que chegaram até nossos dias, muitíssimos são, exatamente, tratados sobre comunicação humana, não poucas vezes traçando, até, distinções entre a comunicação pela fala e a comunicação pela escrita.

Pensa-se frequentemente na história da linguística como uma disciplina muito nova. Afinal, a própria linguística só se estabeleceu em sua forma atual há algumas décadas. Mas as pessoas vêm estudando a linguagem desde a invenção da escrita e, sem dúvida, muito antes disso também. Como em tantos outros campos, o uso e, em seguida, o estudo da língua com finalidades práticas precedeu o processo de reflexão da análise científica. Na Índia antiga, por exemplo, a necessidade de manter viva a pronúncia correta dos textos religiosos ancestrais levou à investigação da fonética articulatória, enquanto na Grécia clássica a necessidade de um vocabulário técnico e conceitual para ser usado na análise lógica das proposições resultou num sistema das partes do discurso que





acabou tendo um desenvolvimento que ultrapassou em muito as exigências imediatas dos filósofos que primeiro sentiram a necessidade de tais categorias. (WEEDWOOD, 2002: 17)

Os antigos gregos, voltamos a eles, iniciaram-se na tradição gramatical (a nossa moderna tradição gramatical) com análises provenientes da filosofia, como se colhe do trecho de Weedwood. Antes de Sócrates, Platão e Aristóteles, cujas primícias de contribuições foram esboçadas, os pré-socráticos e os retóricos (sobretudo os sofistas, como Protágoras, a quem Sócrates-Platão dedicaram um diálogo homônimo com intuito de refutar suas ideias) já pensavam filosoficamente (cognitivamente, inclusive) sobre a língua. Foi aí, com efeito, e não apenas na trilogia da Academia e do Liceu (respectivamente Sócrates-Platão e Aristóteles), que surgiu, como dito, nossa tradição gramatical.

Um contraponto crítico a ser acrescentado está nas seguintes palavras de Marcuschi:

[...] enquanto espécie, o *homo sapiens* data de cerca de um milhão de anos. A escrita surgiu pouco mais de 3.000 anos antes de Cristo, ou seja, há 5.000 anos. No Ocidente, ela entrou por volta de 600 a.C., chegando a pouco mais de 2.500 anos hoje. E a imprensa surgiu em 1450, tendo pouco mais de 500 anos. (MARCUSCHI, 2001: 23)

Apesar de, nesse trecho específico, Marcuschi sublinhar a primazia cronológica da fala sobre a escrita, ele próprio não renega a importância capital da escrita nas sociedades em que ela tenha adentrado.

Após a grande trilogia da Academia e do Liceu, houve o período dos estoicos (século III a.C.), seguidos de perto pelos alexandrinos.

Platão dedicou seus aparatos investigativos sobre as questões linguísticas, para falarmos dos dois que consideramos os mais preponderantes diálogos sobre língua, no *Crátilo* e no *Fedro*. O *Crátilo* busca a compreensão dialógica, maiêutica, dentro dos pressupostos da ironia socrática (em que o “tudo o que sei é que nada sei” é antes do mais um ato de ceticismo para parturir conhecimento castiço), estabelecendo as reflexões sobre a arbitrariedade e a não arbitrariedade do signo linguístico, para usarmos uma expressão anacrônica, evidentemente. Por sua vez, o *Fedro* aborda a questão da língua escrita como mera subsidiária da língua falada, e suscita férteis reflexões sobre memória e esquecimento, centro e periferia, razão pela qual foi eleito por Derrida para embasar parte substantiva de sua desconstrução pós-estruturalista, que inverteu a tese do *Fedro* e colocou a primazia da linguagem na escrita, e não na fala.

Aristóteles, voltando a ele, entre outras obras, dedica a *Retórica*, a *Lógica* e a





Poética a investigações de cunho linguístico, cognitivo, estético.

Desde os estoicos a língua passou a ser tratada em obras específicas que lhe eram dedicadas, embora não fosse encarada como um fim em si própria, mas como um meio pelo qual o pensamento se expressaria pela voz (*phoné*): remonta daí a “metafísica da presença” (o termo é de Derrida, para a formalização de seu pós-estruturalismo, há pouco aludido) ou uma “metafísica da fala” sobre a escrita.

Assim sendo, durante todo esse período, a língua era investigada como pretexto ou meio, cuja finalidade seria meramente a expressão vocal (fonética) do pensamento. Trata-se do primeiro círculo de estudos da tradição gramatical que herdamos: o círculo de bases filosóficas, lógicas, retóricas, matemáticas, cognitivas, psicológicas.

É em Alexandria (século III e II a.C) que o uso literário emerge como preceptor dos estudos de língua. Esse interesse vinha do desejo de manter-se incorrupta a língua grega clássica, condensada em Homero. Aqui, a preocupação não vem tanto da fala, mas da escrita, subvertendo, de certa forma, a “metafísica da presença” derridiana: “[...] o objetivo da gramática grega era a língua escrita, como indica a etimologia da palavra *gramática*, que deriva da forma utilizada para designar ‘a arte de escrever’” (LOBATO, 1986: 79).

O próprio Dionísio, que era alexandrino (o epíteto “da Trácia” deve-se à origem de seu pai), e que escreveu a gramática mais antiga que chegou a nós (no século II a.C.), definia a gramática como um conhecimento prático dos usos gerais de poetas e escritores de prosa. Semelhante modo de encarar a gramática encontra-se em Varrão, o mais antigo gramático romano que nos chegou (séc. I a.C). Para ele, a gramática é um conhecimento sistemático do uso da maioria dos poetas, historiadores e oradores. Assim como a gramática grega descrevia o grego clássico, as gramáticas latinas descreviam a literatura do latim clássico, como de Cícero e Virgílio.

Cabe a Varrão, ainda, uma preocupação em dividir-se a gramática de modo que sustentasse, espelhasse e explicasse as regras internas de funcionamento da língua com lastro em elementos da escrita. “Quando, no século I antes de Cristo, Varrão codificou a gramática latina, considerou a etimologia como uma das três principais divisões dos estudos linguísticos, ao lado da morfologia e da sintaxe.” (ULMANN, 1964: 7)

A Idade Média (sobretudo entre os chamados “gramáticos gerais”, nos séculos XIII e XIV) voltou a empenhar-se no estudo da língua como “modos” de significar (daí serem chamados de “modistas”), sendo isso compreendido como uma representação natural e até necessária entre o que viria a chamar-se “referente” e “significado”.





Retornava-se, pois, à visão de Platão e dos pré-socráticos sobre língua, uma vez que a encaravam como meio de expressão do pensamento, da razão. Além de serem chamados de “modistas”, pelo motivo apresentado, eram também chamados de “especulativos”, por acreditarem, como se disse, que a língua é um espelho do pensamento e da razão, algo que será revisitado alguns séculos depois, pelas gramáticas filosóficas ou racionalistas, de que o próprio gerativismo de Noam Chomsky é herdeiro.

O ensino gramatical do latim na Idade Média [...], tal como o encontramos nos manuais clássicos (o *Doctrinale* de Alexandre de Villedieu, o *Graescismus* de Evrard de Béthune, ou o *Catholicon* de Jean de Gènes) é determinado por uma visão pedagógica, pelas técnicas de memorização (versificação) e pela preocupação do detalhe morfológico. Isto não significa que seja *elementar*, no sentido em que o ouviremos a partir do século XVII (isto é, do simples e do fácil para se compreender): os versos do *Doctrinale* são provavelmente incompreensíveis sem a ajuda das glosas. [...]

A gramática teórica medieval [...], ainda que diga respeito unicamente ao latim, assim como à lógica, não tem a bem dizer a língua latina como objeto, mas o *enunciado* em geral.

É completamente diferente com a gramática geral. Nascida depois da gramatização e encontrando seu apogeu no século XVIII em torno dos enciclopedistas franceses, esta se propõe ser a ciência do que é comum a todas as línguas. Em um universo cultural em que a profunda mutação das ciências da natureza impõe a concepção da lei como a asserção verificável de uma relação constante entre os fenômenos, a gramática geral pretende ser a ciência das leis da linguagem às quais devem se submeter todas as línguas (AUROUX, 2009: 87-88)

Os escolásticos, antes disso (séculos XII e XIII), já haviam elevado essa forma de conceber a língua a importantes patamares. Como se percebe, não é à toa que Santo Agostinho tenha delineado com grande clareza, em suas *Confissões*, o que viria a ser a chamada de concepção “logocêntrica” da língua. Essa concepção foi, séculos depois, aceita como verdadeira por Wittgenstein (em seu *Tractatus Logico-philosophicus – Logische-Philosophische Abhandlung –*, de 1922), e, em seguida, refutada pelo mesmo Wittgenstein (em suas *Investigações Filosóficas – Philosophische Bemerkungen –* publicadas postumamente em 1953).

Após essa reinserção dos estudos gramaticais sobre as bases filosóficas gregas, sobretudo a platônica e a aristotélica, a renascença volta a buscar subsídios na literatura, a fim de criar compêndios pedagógicos que privilegiassem o latim clássico. Não se propunha, sobre a gramática, o apanágio de compêndio vernacular, como se percebe.

Ao lado dessa importância atribuída ao latim, entretanto, as línguas vernáculas começaram a ser encarecidas também, por certo ângulo, como fruto da reforma





protestante, da invenção da imprensa, das expansões ultramarinas. Nesse período (séculos XV e XVI), pode-se dizer que surgiram as primeiras gramáticas ditas “científicas”, como a de Nebrija (1492), bem como as primeiras gramáticas da língua portuguesa (Fernão de Oliveira, de 1536, e João de Barros, de 1540).

O renascimento europeu é o ponto de inflexão de um processo que conduz à produção de dicionários e gramáticas de todas as línguas do mundo (e não somente dos vernáculos europeus) na base da tradição greco-latina. Esse processo de “gramatização” mudou profundamente a ecologia da comunicação humana e deu ao ocidente um meio de conhecimento / dominação sobre as outras culturas do planeta. Trata-se propriamente de uma revolução tecnológica que não hesito em considerar tão importante para a história da humanidade quanto a revolução agrária do Neolítico ou a Revolução Industrial do século XIX. (AUROUX, 2009: 8-9)

Sobre a renascença, Dino Preti, no capítulo voltado à pesquisa das influências da língua escrita literária sobre a evolução da língua em geral (até a oral), descreve a passagem dos idiomas clássicos (latim e grego) aos vernáculos, e, em seguida, especifica nos casos da língua portuguesa, primeiramente em Portugal, e, em seguida, no Brasil:

Creemos que não seria necessário aludirmos ao repetido exemplo da cultura e sociedade renascentista, em que a literatura clássica exerceu um papel significativo nos comportamentos social e linguístico, para demonstrarmos que, em todas as épocas, a língua literária, de uma forma ou de outra, com maior ou menor intensidade, não perdeu sua ligação com a realidade falada. Uma prova disto é que a própria Linguística, em grande parte de sua história, se serviu de documentos escritos, na falta de *corpus* gravado, procurando, em cuidadosa seleção, encontrar o que de vivo neles existia, chegando a reconstituir assim, às vezes, toda a língua falada de uma época, como aconteceu, por exemplo, como próprio latim vulgar, cuja fonte, entre outras, eram os documentos escritos que revelavam influência popular.

[...]

Em língua portuguesa, o exemplo mais importante, no passado, seria a obra de Gil Vicente. Os diálogos de suas personagens ajudaram a reconstituição da língua falada da época (século XV), servindo à Filologia e à Linguística Histórica como documento para reconstituição das fases da língua. Gil Vicente foi um grande observador dos tipos humanos de seu tempo e dos dialetos sociais que os representavam. Praticamente nada lhe escapou. Em suas peças, o criado fala como criado, o fidalgo como fidalgo, a criança como criança. Há uma linguagem do padre, outra do advogado, outra do judeu.

Entre nós, pensamos que a primeira tentativa seria a de Anchieta, no teatro. Apesar de sua obra ter finalidade muito mais educativa do que artística (ou talvez mesmo por isso, uma vez que, a nosso ver, a educação pressupõe uma necessidade muito maior de comunicação do que a arte), foi o primeiro escritor a ter a sua atenção voltada para um problema realmente de ordem sociolinguística, na Colônia: o bilinguismo. A utilização do tupi ao lado do português (e também do castelhano) revela uma intenção comunicativa com o espectador nativo. (PRETI, 1987: 61-65)

É Anderson quem dá a visão do historiador, preocupado e consciente, que observa a aurora da desmitificação do que ele chamará “antigas línguas sagradas: o latim o grego e o hebreu”.



Com o tempo, os descobrimentos e as conquistas também provocaram uma revolução nas ideias europeias sobre as línguas. Desde o começo, marinheiros, missionários, comerciantes e soldados portugueses, holandeses e espanhóis, por razões práticas, “navegação, catequização, comércio e guerra”, tinham montado listas de palavras em línguas não europeias para formar dicionários elementares. Mas foi apenas no final do século XVIII que o estudo comparado das línguas realmente deslanchou. Com a conquista inglesa de Bengala, surgiram as investigações pioneiras do sânscrito de William Jones (1786), que permitiram entender melhor que a civilização indiana era muito anterior à Grécia e à Judeia. Com a expedição napoleônica ao Egito, os hieróglifos foram decifrados por Jean Champolion (1835), o que pluralizou a Antiguidade extraeuropeia. O progresso nos estudos semíticos acabou com a ideia de que o hebreu era a única língua antiga ou que possuía origem divina. [...] Essas descobertas levaram a filologia, com seus estudos de gramática comparada, à classificação das línguas em famílias e à reconstrução de “protolínguas”, que o raciocínio científico tirou do esquecimento. Com razão, Hobsbawm observou que aí estava “a primeira ciência que via a evolução como o seu próprio cerne”. A partir daí, as antigas línguas sagradas “o latim, o grego e o hebreu” foram obrigadas a se misturar em pé de igualdade ontológica com uma variada multidão plebeia de vernáculos rivais, num movimento que complementava sua anterior depreciação no mercado por obra do capitalismo editorial. Se agora todas as línguas tinham o mesmo estatuto (intra)mundano, então todas eram, em princípio, igualmente dignas de estudo e admiração. Mas de quem? Logicamente de seus novos donos, os falantes “e leitores” nativos de cada língua, pois agora nenhuma pertencia a Deus. (ANDERSON, 2013: 111)

Voltando a ter como base o nascimento da Idade Moderna (1453) e suas consequências expansionistas e de contato intercultural baseadas em relações de poder e de conhecimento ao longo do século XVI, no século seguinte, voltam a surgir as gramáticas “gerais” ou “racionais” ou “especulativas”, de cunho, portanto, filosófico. Elas buscavam formas universais (nada estranhas à gramática de Chomsky) que deveriam explicar os fatos linguístico-gramaticais. A mais célebre delas é a de Port-Royal (que recebe este nome por ser o mesmo do convento em que os monges Arnault e Lancelot a escreveram), de língua francesa, e, no âmbito da língua portuguesa, uma sucedânea publicada no século XIX, em Lisboa, de autoria de Jerônimo Soares Barbosa, a *Gramática filosófica da língua portuguesa*.

Por aí, trata-se de se desembaraçar da coerção latina mais evidente, observando, por exemplo, que, para exprimir o mesmo fenômeno de determinação, uma língua pode utilizar casos ou preposições. Existe aí um verdadeiro nascimento da gramática moderna.

O projeto científico “que é preciso distinguir, apesar de certos recobrimentos, daquele que concerne às características e às línguas universais, nascido, ele também, depois das operações de longitudinalização” repousa, entretanto, sobre um programa de pesquisa insustentável. De um lado, as categorias linguísticas deveriam poderse reduzir a categorias de representação, ou se se quiser, os termos teóricos especificamente linguísticos (nome, verbo, imperfeito, gênero etc.) deveriam poder ser definidos em termos não linguísticos (daí a introdução, em gramática, de um vocabulário psicológico e semiológico, que se junta ao que resta do vocabulário ontológico medieval). Ora, este programa, que podemos classificar de reducionista, se defronta com o



fato de que as categorias linguísticas são inelimináveis, o que explica que ele acabe, no início do século XIX, por soçobrar nas generalidades cujo interesse linguístico é pouco claro, em particular quando os autores, contaminados pelo idealismo kantiano, propõem reduções apriorísticas das categorias gramaticais [...] (AUROUX, 2009: 89)

Por essa época, momento em que a Idade Moderna cede lugar à Idade Contemporânea (fim do século XVIII), ante as tropas de Napoleão e as Revoluções Francesa e Americana, a palavra escrita e a preocupação com o vernáculo empurravam gerais, burgueses e plebe à tomada de poder.

| 81

Tal como uma vasta rocha informe se torna uma pedra arredondada pela ação de incontáveis gotas de água, a experiência foi modelada por milhões de palavras impressas, tornando-se um “conceito” na página impressa e, com o tempo, convertendo-se em modelo. [...]

Algo muito parecido ocorreu com os movimentos de independência nas Américas, os quais, tão logo se tornaram matéria de imprensa, viraram “conceitos”, “modelos” e até “projetos”. Na “realidade”, o medo de Bolívar quanto às insurreições dos negros e a convocação de San Martín para levar seus índios à peruanidade entrecrocavam-se caoticamente. Mas as palavras impressas logo varreram o primeiro, de tal modo que, se acaso viesse a ser lembrado, aquele medo pareceria uma anomalia sem maiores consequências. (ANDERSON, 2013: 124)

O século XIX voltou-se ao chamado comparativismo como pressuposto da cientificidade linguística. Ullmann nos dá a notícia de que foi em 1826 que surgiu o termo “linguística”: “O próprio termo *linguística* foi criado nesta altura [século XIX]: apareceu em francês em 1826 (*la linguistique*) e em inglês onze anos mais tarde (primeiramente *linguistic*, sem *s*, depois *linguistics*)”. (ULLMANN: 1964:12). Ele nos remete ao dicionário etimológico francês de Bloch-Wartburg. Para os estudiosos de então, a linguística deveria ser histórica, comparativa, filológica, a fim de receber a chancela de estudo científico.

Como Seton-Watson mostra de maneira muito interessante, o século XIX, na Europa e na periferia mais próxima, foi a idade de ouro dos lexicógrafos, gramáticos, filólogos e literatos do vernáculo. As intensas atividades desses intelectuais profissionais foram de importância central para a formação dos nacionalismos europeus oitocentistas, num absoluto contraste com a situação nas Américas entre 1770 e 1830. [...]

Então podemos ilustrar essa revolução lexicográfica como se fosse o trovejar crescente num arsenal que começa a explodir, conforme cada pequena explosão se propaga, e detona outras, até que o clarão final transforma a noite em dia. (ANDERSON, 2013, p. 112-113)

É nesse momento, como se renunciou há pouco, que os historiadores da envergadura de Anderson e Hobsbawm ratificam a “revolução tecnológica” que Auroux veio a chamar quando tratou da “gramatização”, a composição de dicionários e





gramáticas vernáculas. A visão dos historiadores merece ser aqui mais uma vez comparada à do linguista porque eles, historiadores, falam também nas “revoluções” filológico-lexicográficas, e seu impacto na formação de nações em função não apenas das línguas originárias, mas da sua sistematização em compêndios normativos escritos, sobretudo as gramáticas e os dicionários, que lhes traziam à agenda as discussões sociopolíticas:

No decorrer e, principalmente, na segunda metade do século XIX, a revolução filológico-lexicográfica e o surgimento de movimentos nacionalistas na Europa, frutos não só do capitalismo mas da elefantíase dos estados dinásticos, foram criando várias dificuldades culturais, e, portanto, políticas para muitas dinastias. Pois, como vimos, a legitimidade fundamental da maioria delas não tinha nada a ver com uma condição nacional. Os Romanov governavam tártaros e letos, alemães e armênios, russos e finlandeses. Os Habsburgo dominavam magiares e croatas, eslovacos e italianos, ucranianos e austro-germânicos. A casa de Hanover comandava bengalis e quebequianos, escoceses e irlandeses, ingleses e galeses.

[...]

A revolução lexicográfica na Europa, porém, criou e aos poucos difundiu a convicção de que as línguas (pelo menos naquele continente) eram, por assim dizer, propriedades pessoais de grupos muito específicos, “seus leitores e falantes diários”, e, ademais, que esses grupos, imaginados como comunidades, tinham o direito de ocupar uma posição autônoma dentro de uma confraria de iguais. Assim, os incendiários filológicos colocaram os dinastas perante um dilema incômodo que só veio a se aprofundar. O caso mais claro é o do Império Austro-Húngaro. (ANDERSON, 2013: 127-128)

A descoberta do sânscrito, no século XVIII (é preciso retroceder), impulsionou essa perspectiva dos rumos linguísticos do século XIX em diante. É de se notar a importância que se dava a que linguistas dos anos 1800, assim como do século seguinte, fossem também sanscritistas.

No fim do século XVIII, descobriu-se que o sânscrito, a língua antiga esagrada da Índia, era parente do latim e do grego, assim como de outras línguas europeias. Essa descoberta foi feita de maneira independente por vários eruditos. O mais importante entre eles, o orientalista britânico Willian Jones, declarou em 1786, numa fórmula tornada célebre, que o sânscrito, o latim e o grego apresentavam “afinidades tanto nas raízes dos verbos quanto nas formas da gramática, que não poderiam ser devidas ao mero acaso [...]”. (LYONS, 1970: 21, traduzi²)

² A la fin du XVIIIe s., on a découvert que le Sanskrit, la langue ancienne et sacrée de L'Inde, était apparentée au latin et au grec, ainsi qu'à d'autres langues européennes. Cette découverte a été faite de façon indépendante par plusieurs érudits. Le plus important d'entre eux, l'orientaliste britannique Willian Jones, a déclaré en 1786, dans une formule devenue célèbre, que le sanskrit, le latin et le grec





Ismael de Lima Coutinho levanta um dado sobre o sânscrito que aqui parece pertinente:

10. A *Fisiológica* é caracterizada pelos trabalhos dos gramáticos índios, cuja preocupação era analisar minuciosamente os sons do sânscrito. Panini, desde o século IV antes da Era Cristã, traça, com admirável precisão, as principais regras fonéticas e gramaticais dessa língua, servindo o seu trabalho de ponto inicial para toda uma literatura de comentários aos velhos textos indianos. Pode-se dizer que foram os gramáticos da Índia os verdadeiros criadores da fonética descritiva. (COUTINHO, 1972, pp. 15-16)

| 83

Ainda sobre o sânscrito, Ismael de Lima Coutinho esquadrinha a sua descoberta e atribui sua primeira notícia ocidental ao italiano Filippo Sassetti, que viveu em Goa de 1581 a 1588. Depois de Sassetti, Coutinho aponta a importância de Nobilli, que chegou à Índia em 1606 e logo alertou o ocidente acerca da língua dos brâmanes. No século XVII, ressalta a importância de Heinrich Roth. Em 1767, são destacados os nomes do abade Barthélemy e do padre Coerdoux, este último a quem Bréal atribui o mérito de um dos precursores da nova ciência, que viria a ser a linguística. Em 1784, funda-se a Sociedade Asiática de Calcutá, “[...] destinada a interpretar os principais monumentos literários da Índia. Entre os seus membros mais distintos contam-se William Jones, Carey, Wilkins, Forster e Colebrooke” (COUTINHO, 1972: 16-17).

Vemos, portanto, que os estudos de gramática, incluindo-se a gramática histórica (mas não exclusivamente esta) marcam o início da linguística, e mantêm, tanto para essa ciência como para a gramaticologia e a lexicologia, até hoje, fundamentos e princípios que não são postos de lado.

Manda a exação histórica, entretanto, citar, a par de Bopp, o dinamarquês E. Rask, que, antes de seu colega alemão, já reconhecera o parentesco do germânico com o grego, o latim e balto-eslavo. Também não é lícito esquecer, neste rápido esboço de história da Linguística, o nome de outro alemão ilustre, W. Humboldt, que estudou o papel dos fenômenos psicológicos na linguagem. [...]

Os processos então descobertos são aplicados pelo orientalista Renan na sua história comparada das línguas semíticas (1858); por Zeuss, na gramática comparada das línguas célticas (1853); por Grimm, na das línguas germânicas (1819-1837); por Miklosich, na das línguas eslavas (1852-1856); e por Diez, na das línguas românicas (1836-1843). (COUTINHO, 1972: 17)

Para os linguistas desse momento, o século XIX, as línguas, como organismos vivos à luz de Darwin, evoluem segundo “leis” inexoráveis, e não compartilham de pressupostos universais, o que, como se percebe, confronta o pensamento gramatical

présentaient “des affinités tant dans les racines des verbes que dans les formes de la grammaire, qui ne pouvaient pas être dues au simple hasard [...]”.





filosófico anterior, que encontra em Platão, Aristóteles e nos estoicos seus maiores defensores. A esses gramáticos comparativistas se deu o nome de “neogramáticos”, tradição de que Saussure veio, e com a qual rompeu.

Tal ruptura criou o chamado estruturalismo, que, em linhas gerais, relaciona elementos uns com outros, sem vê-los isoladamente ou em simesmos, como finalidades autossuficientes e observáveis prioritariamente sob o prisma sincrônico.

Como vimos, os rumos da linguística, da filologia e da gramaticografia, desde a antiguidade, traz, para a linguística a partir do século XX, elementos de todo esse percurso que a epistemologia histórica gramatical nos apontou. Iniciando-se na antiguidade, passando pela Idade Média e renascença, a dicotomia entre filosofia e literatura deixou frutos e herdeiros entre nossos pesquisadores contemporâneos da linguagem e das línguas. O estruturalismo e o gerativismo, no século XX, são dois exemplos de modos de concepção de gramaticologia que são legatários dessa dicotomia. Por outro lado, os próprios funcionalismo e formalismo (de Saussure, por exemplo), assim como as sociolinguísticas (de Labov, Weinreich e Herzog) e a própria pragmática (de Wittgenstein, Austin, Searle), na forma como foram apresentados no século XX e como apontam até os dias de hoje, devem muito a essa longa jornada gramaticográfica, uma vez que obtiveram, daí, elementos já consolidados numa longa tradição investigativa, que remonta à antiguidade ocidental e seus primeiros pensadores.

Referências

- ALI, Manuel Said. [1921] **Gramática histórica da língua portuguesa**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Tradução de Denise Botmann. São Paulo: Companhia das letras, 2013.
- AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009.
- AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2010.
- COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática Histórica**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1972.
- LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. **Sintaxe gerativa do português: da teoria padrão à**





teoria da regência e ligação. Belo Horizonte, Ed. Vigília Ltda.,1986.

LYONS, John. **Linguistique générale. Introduction à la linguistique théorique.**

Traduction de F. Dubois-Charlier et D. Robinson. Paris: Librairie Larousse, 1970.

MARCUSCHI, L.A. **Da fala para a escrita. Atividades de retextualização.** São Paulo: Cortez, 2001.

PRETI, Dino. **Sociolinguística. Os níveis da fala.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

ULMANN, Stephen. **Semântica.** Uma introdução à ciência do significado. Tradução de J. A. Osório Mateus. 3. edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

WEEDWOOD, Barbara. **História concisa da linguística.** São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

